

PARECER N° , DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2012 (Projeto de Lei nº 6.338, de 2005, na origem), do Deputado Sandes Júnior, que *dispõe sobre o peso a ser transportado pelo estudante em mochila ou similares.*

RELATORA: Senadora **ANGELA PORTELA**

I – RELATÓRIO

Por meio de seu art. 1º, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 66, de 2012 (Projeto de Lei nº 6.338, de 2005), de autoria do Deputado Sandes Júnior, determina que o estudante não pode transportar material escolar, em mochilas ou similares, cuja carga seja superior a quinze por cento do seu peso corporal.

O art. 2º da proposição prevê que a aferição do peso do aluno seja feita mediante declaração escrita do próprio aluno, quando ele estiver no ensino médio, ou por seus pais ou responsáveis, quando ele estiver em creche, pré-escola ou ensino fundamental.

Conforme o art. 3º, o poder público fica incumbido de promover ampla campanha educativa sobre o peso máximo total aconselhável do material escolar a ser transportado.

E, por fim, o art. 4º – cláusula de vigência – determina que a lei originada do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

Nesta Casa Legislativa, o PLC nº 66, de 2012, foi apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde foi aprovado o parecer – de nossa autoria – favorável ao projeto na forma do substitutivo ali proposto, antes de vir à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para análise terminativa.

A nosso ver, o texto do substitutivo apresentado pela CE aperfeiçoou o projeto por meio da criação de mecanismos de apoio para que as crianças não precisem carregar tanto peso, sem, no entanto, deixar de levar à sala de aula todos os materiais exigidos pelas atividades pedagógicas. Julgamos que esse dilema pode ser solucionado por meio da disponibilidade de armários nas escolas, onde os estudantes possam guardar parte dos seus apetrechos escolares.

No relatório aprovado pela CE, observamos, ainda, que a ampliação da jornada escolar em direção a uma escola de tempo integral torna ainda mais justificável a instalação de armários para utilização pelos estudantes. Ficando o dia inteiro na escola, as crianças e jovens precisarão de local apropriado para guardar pertences, materiais didáticos, produtos de higiene e outros objetos de uso diário. Sem os armários, a tendência é que o peso das mochilas aumente ainda mais com essa nova realidade da escola brasileira.

Assim, o substitutivo sugeriu que os armários, já bastante comuns nas escolas privadas, sejam considerados como insumo indispensável ao desenvolvimento do ensino em todas as escolas, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Além disso, tendo em vista a necessidade de pequenas adequações de técnica legislativa, foram promovidas mais duas mudanças no texto. Uma delas introduziu um novo art. 1º para especificar o objeto da norma legal, conforme determina o art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. A outra modificou a redação do art. 1º original, com o intuito de lhe dar maior clareza.

II – ANÁLISE

Na CE, começamos nossa análise com uma alegoria sobre a instituição escolar. É que a escola moderna assemelha-se a uma fábrica. Ela tem horários fixos, turnos e sinal sonoro para entrada, saída e intervalos. Mas ao contrário da indústria capitalista, em que as máquinas ficam no pátio, a escola exige que os estudantes carreguem todo dia para casa (e no dia seguinte de volta para a escola) todas as suas ferramentas de trabalho: livros, cadernos, manuais, e uma infinidade de materiais que aumentam na proporção do alargamento dos currículos.

Basta ver a saída de uma escola pública ou particular para constatar o tamanho avantajado das mochilas que as crianças e os adolescentes são obrigados a transportar diariamente, com evidentes prejuízos à saúde de quem ainda tem constituições físicas em formação.

É à solução desse problema que a proposição em análise se destina.

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS apreciar proposições que versem sobre proteção e defesa da saúde (inciso II), área em que se enquadra a matéria do projeto sob análise, cujo inegável mérito reside no seu potencial para proteger a saúde osteoarticular de nossos estudantes.

Para ilustrar esse mérito, reproduzimos aqui informações disponíveis na justificação do projeto original apresentado à Câmara dos Deputados e no parecer aprovado na Comissão de Educação e Cultura daquela Casa legislativa.

O excesso de peso transportado por estudantes, sobretudo por crianças e adolescentes que estão na fase de crescimento rápido, dos 10 aos 16 anos de idade, preocupa os especialistas que cuidam de sua saúde, principalmente porque esse é o período de desenvolvimento e consolidação de seu esquema postural e de sua estrutura corporal.

Transportar material escolar com peso excessivo pode acarretar sérios problemas de saúde para os estudantes, especialmente vícios de postura, dores musculares e lombares e, em casos mais extremos, desvios da coluna vertebral. Ressalte-se que as meninas são mais propensas a apresentar tais problemas, por possuírem menor massa óssea e muscular.

A Sociedade Brasileira de Ortopedia prevê que cerca de 60% a 70% dos problemas de coluna na fase adulta são causados pelo carregamento de peso excessivo e por esforços repetitivos na adolescência.

Essa situação tem ensejado iniciativas em várias partes do mundo, como na Argentina, no estado norte-americano da Califórnia e também no Brasil, onde alguns municípios já aprovaram leis para limitar o peso do material escolar a ser transportado. Um exemplo é a aprovação da Lei nº 13.460, de 2 de dezembro de 2002, pelo município de São Paulo.

Entidades científicas americanas como a *American Academy of Orthopedic Surgeons* e a *Backpack Safety America (BSA)* recomendam a proporção de quinze por cento do peso corporal como limite de peso do material a ser transportado.

Essa é, portanto, a medida que o projeto sob análise busca instituir em todo o território nacional, relacionando o limite de peso a ser transportado a um referencial ligado à compleição física dos estudantes.

Torna-se evidente, assim, o mérito da propositura, cujo texto recebeu da CE os necessários aperfeiçoamentos para ser convolado em lei.

Tendo em vista o caráter terminativo desta apreciação, ressaltamos que não foram detectados óbices concorrentes à constitucionalidade e à juridicidade do PLC nº 66, de 2012.

III – VOTO

Pelas razões expendidas, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2012, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Sala da Comissão, 13 de novembro de 2013

Senador WALDEMIR MOKA, Presidente

Senadora ÂNGELA PORTELA, Relatora



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

Em Reunião realizada nesta data, a Comissão de Assuntos Sociais aprova, em Turno Único, a Emenda nº 1-CE-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 66 de 2012.

EMENDA Nº 01 – CE-CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2012

Dispõe sobre o peso dos materiais escolares transportados pelos estudantes e sobre a instalação de armários nas escolas de educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o peso máximo permitido para os materiais escolares transportados pelos estudantes da educação básica e sobre a instalação de armários nas escolas desse nível de ensino.

Art. 2º O peso dos materiais escolares transportados em mochilas ou similares pelo estudante da educação básica não poderá ser superior a quinze por cento do seu peso corporal.

Parágrafo único. A aferição do peso do estudante será feita mediante autodeclaração escrita, em se tratando de aluno do ensino médio, ou por meio dos pais ou responsáveis, no caso da educação infantil e do ensino fundamental.

Art. 3º O poder público promoverá ampla campanha educativa sobre o peso máximo permitido para o material a ser transportado pelos estudantes.

Art. 4º A instalação de armários nas escolas de ensino fundamental e médio, para utilização pelos estudantes, será considerada na definição dos insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e, nas escolas públicas, no cálculo do custo mínimo por aluno de que dispõe o art. 74 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 13 de novembro de 2013.

Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 57ª REUNIÃO, DE 13/11/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka

RELATOR: Senadora Angela Portela

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)

| | | | |
|----------------------------|----------------|----------------------------|--|
| Paulo Paim (PT) | | 1. Eduardo Suplicy (PT) | |
| Angela Portela (PT) | Relatora | 2. Marta Suplicy (PT) | |
| Humberto Costa (PT) | Humberto Costa | 3. José Pimentel (PT) | |
| Wellington Dias (PT) | | 4. Ana Rita (PT) | |
| João Durval (PDT) | | 5. Lindbergh Farias (PT) | |
| Rodrigo Rollemberg (PSB) | | 6. Cristovam Buarque (PDT) | |
| Vanessa Grazziotin (PCdoB) | | 7. Lídice da Mata (PSB) | |

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)

| | | | |
|---------------------------|------------|----------------------------|--|
| Waldemir Moka (PMDB) | Presidente | 1. Sérgio Souza (PMDB) | |
| Roberto Requião (PMDB) | | 2. VAGO | |
| Casildo Maldaner (PMDB) | | 3. Eduardo Braga (PMDB) | |
| Vital do Rêgo (PMDB) | | 4. Eunício Oliveira (PMDB) | |
| João Alberto Souza (PMDB) | | 5. Romero Jucá (PMDB) | |
| Ana Amélia (PP) | | 6. Benedito de Lira (PP) | |
| Paulo Davim (PV) | PRP | 7. Sérgio Petecão (PSD) | |

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)

| | | |
|------------------------|------|-------------------------------|
| Cícero Lucena (PSDB) | | 1. Aécio Neves (PSDB) |
| Lúcia Vânia (PSDB) | | 2. Cyro Miranda (PSDB) |
| José Agripino (DEM) | | 3. Paulo Bauer (PSDB) |
| Osvaldo Sobrinho (PTB) | Voto | 4. Maria do Carmo Alves (DEM) |

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)

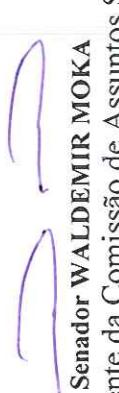
| | | |
|----------------------------|--|--------------------------------|
| Mozarildo Cavalcanti (PTB) | | 1. Armando Monteiro (PTB) |
| Eduardo Amorim (PSC) | | 2. João Vicente Claudino (PTB) |
| João Ribeiro (PR) | | 3. VAGO |

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO – EMENDA N° 1-CE-CAS (SUBSTITUTIVO) AO PLC N° 66, DE 2012

| TITULARES | | | | | | SUPLENTES | | | | | |
|--|------------|-----|-------|-----------|--|-----------|-----|-------|-----------|--|--|
| | | | | | | | | | | | |
| Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| PAULO PAIM (PT) | X | | | | 1- EDUARDO SUPlicy (PT) | X | | | | | |
| ANGELA PORTELA (PT) | X | | | | 2- MARTA SUPlicy (PT) | | | | | | |
| HUMBERTO COSTA (PT) | | X | | | 3- JOSÉ PIMENTEL (PT) | | | | | | |
| WELLINGTON DIAS (PT) | | | | | 4- ANA RITA (PT) | | | | | | |
| JOÃO DURVAL (PDT) | X | | | | 5- LINDBERGH FARIA (PT) | | | | | | |
| RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) | X | | | | 6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT) | | | | | | |
| VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) | X | | | | 7- LÍDICE DA MATA (PSB) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| WALDEMIRO MOKA (PMDB) | Presidenta | | | | 1- SÉRGIO SOUZA | X | | | | | |
| ROBERTO REQUIÃO (PMDB) | | | | | 2- VAGO | | | | | | |
| CASILDO MALDANER (PMDB) | | | | | 3- EDUARDO BRAGA (PMDB) | | | | | | |
| VITAL DO RÉGO (PMDB) | | | | | 4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB) | | | | | | |
| JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB) | | | | | 5- ROMERO JUCÁ (PMDB) | | | | | | |
| ANA AMELIA (PP) | | | | | 6- BENEDITO DE LIRA (PP) | X | | | | | |
| PAULO DAVIM (PV) | | | | | 7- SÉRGIO PETECÃO (PSD) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| CÍCERO LUCENA (PSDB) | | | | | 1- AÉCIO NEVES (PSDB) | | | | | | |
| LÚCIA VÂNIA (PSDB) | | | | | 2- CYRO MIRANDA (PSDB) | | | | | | |
| JOSÉ AGRIPINO (DEM) | | | | | 3- PAULO BAUER (PSDB) | | | | | | |
| OSVALDO SOBRINHO (PTB) | X | | | | 4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM) | | | | | | |
| Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) | SIM | NÃO | AUTOR | ABSTENÇÃO | | |
| MOZARILDO CAVALCANTI (PTB) | | | | | 1- ARMANDO MONTEIRO (PTB) | | | | | | |
| EDUARDO AMORIM (PSC) | | | | | 2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB) | | | | | | |
| JOÃO RIBEIRO (PR) | | | | | 3- VAGO | | | | | | |

TOTAL: 12 SIM: 9 NÃO: — ABSTENÇÃO: 2 AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 13 / 11 / 2013.
 COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
 PLC N° 66 DE 20 12
 FLS. 29

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFETO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)


 Senador WALDEMIR MOKA
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



A Publicação.

Em 13/11/13

16/11/13
Senador Flexa Ribeiro
1º Secretário

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO Nº 284/2013 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 13 de novembro de 2013.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno único, a Emenda nº 1- CE - CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2012, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que *dispõe sobre o peso a ser transportado pelo estudante em mochila ou similares*.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente,

Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
PLC Nº 66 DE 2012
FLs. 30

PFM SF - 13.11.2013

A Presidência recebeu o Ofício nº 284, de 2013, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2012.

(É o seguinte o Ofício)

Com referência ao Ofício nº 284, de 2013, a Presidência comunica ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.



*Leandro
Lima
GPA
JF*

TEXTO FINAL DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2012, APROVADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM REUNIÃO DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2013

EMENDA Nº 01 – CE-CAS (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2012

Dispõe sobre o peso dos materiais escolares transportados pelos estudantes e sobre a instalação de armários nas escolas de educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o peso máximo permitido para os materiais escolares transportados pelos estudantes da educação básica e sobre a instalação de armários nas escolas desse nível de ensino.

Art. 2º O peso dos materiais escolares transportados em mochilas ou similares pelo estudante da educação básica não poderá ser superior a quinze por cento do seu peso corporal.

Parágrafo único. A aferição do peso do estudante será feita mediante autodeclaração escrita, em se tratando de aluno do ensino médio, ou por meio dos pais ou responsáveis, no caso da educação infantil e do ensino fundamental.

Art. 3º O poder público promoverá ampla campanha educativa sobre o peso máximo permitido para o material a ser transportado pelos estudantes.

Art. 4º A instalação de armários nas escolas de ensino fundamental e médio, para utilização pelos estudantes, será considerada na definição dos insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e, nas escolas públicas, no cálculo do custo mínimo por aluno de que dispõe o art. 74 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 20 de novembro de 2013.

Senador **WALDEMAR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO Nº 291/2013 - PRESIDÊNCIA/CAS

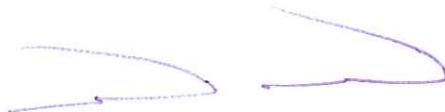
Brasília, 20 de novembro de 2013.

Ao Excentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, após discussão em Turno Suplementar, adotou definitivamente a Emenda nº 1-CE-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2012, de autoria do Deputado Sandes Júnior, que *dispõe sobre o peso a ser transportado pelo estudante em mochila ou similares*.

Respeitosamente,


Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
PLC Nº 66 DE 2012
FLs. 33